

Empréstimo pode vir pela metade

Economia - Brasil

■ Dos US\$ 9 bilhões da 2ª parcela do crédito acertado com o FMI, prevista para este mês, poderão faltar os US\$ 4,5 bilhões do BIS

Josemar Gonçalves - 11/12/1998

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA – O governo brasileiro ainda não tem garantida para o fim deste mês a liberação de mais uma parcela de US\$ 9 bilhões – a segunda – do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). É que US\$ 4,5 bilhões devem ser liberados pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), o banco central dos bancos centrais, o que ainda não está agendado. O dinheiro que será liberado agora pelo FMI tem prazo para quitação total mais curto do que o da parcela liberada em dezembro.

Em meados de dezembro, o Brasil sacou US\$ 9,4 bilhões, a primeira parcela do empréstimo internacional de US\$ 41,5 bilhões para os próximos três anos. Deste total, US\$ 4,8 bilhões vieram do FMI, US\$ 4,2 bilhões do BIS e US\$ 400 milhões do Banco do Japão. Agora, há apenas a expectativa de que os dólares do BIS, que reúne 19 países, sejam liberados junto com o empréstimo do FMI. “Ainda não há uma palavra final sobre isto”, diz o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier.

Juro alto – A parcela do FMI, de US\$ 4,5 bilhões, ainda espera uma aprovação da direção do Fundo, mas é considerada como “líquida e certa”. Será um pouco menor que a de janeiro porque sairá integralmente do mecanismo de empréstimo do tipo *supplemental reserve facility*.

Os recursos desse tipo têm vencimento em aproximadamente um ano e meio e juros maiores, em torno de 7,5% ao ano. A parcela de janeiro era formada também pelo empréstimo do tipo *stand by*, que tem juros de 4,5% ao ano e vencimento em até cinco anos.

O governo brasileiro espera apenas a aprovação da nova parcela do empréstimo pela direção do Fundo

para divulgar os detalhes do acordo, expressos no Memorando Técnico de Entendimento. No texto, o governo revelará que tipos de “ações estruturais” foram acertadas e que tipo de dados terão que ser enviados para o FMI. No memorando anterior, as ações estruturais eram, por exemplo, o envio da regulamentação das reformas administrativa e previdenciária para o Congresso.

Road show – Hoje, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, volta a despachar em Brasília após uma semana de giro a negócios, para vender o país no exterior na tentativa de recuperar a credibilidade perdida com a desvalorização da moeda. O ministro conseguiu a promessa de que os bancos estrangeiros vão manter suas linhas de crédito no país, em torno de US\$ 27 bilhões pela posição de final de fevereiro.

De acordo com Bier, os dólares do acordo com o FMI funcionam como um empréstimo-ponte para a normalização da situação do balanço de pagamentos. “Agora, é natural que a gente queira acelerar o processo de normalização dos fluxos. O objetivo do *road show* não foi apenas ter um compromisso de que os valores de 28 de fevereiro serão mantidos, mas é o de vender o programa brasileiro, resolver as dúvidas, acelerar o processo de volta dos fluxos de capitais para o país”, explica Bier.

Impostos – O secretário afirma que a redução de impostos para os estrangeiros que aplicam no Brasil não tem nada a ver com estes fluxos. Segundo ele, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) tinha uma função reguladora que deixou de ser necessária com o câmbio fluante. O IOF sobre os fundos de renda fixa de capital estrangeiro caiu de 2% ao ano para 0,5% e o governo manteve a isenção de Imposto de Renda nestas aplicações.



Bier: “Ainda não há palavra final sobre data do desembolso do do BIS”